

CONCORRÊNCIA PÚBLICA

Ministério Público pede para rever processo de licitação para os táxis de Aracaju

Juliana Moura

Na manhã de ontem, 9, foi realizada na 3ª Vara Cível, no Fórum Gumersindo Bessa uma audiência entre o Ministério Público Estadual (MPE), a Superintendência Municipal de Trânsito (SMTT) e a justiça sobre a ques-

tão da ação civil pública emitida no início de setembro pelo MPE para que seja realizada uma licitação para a exploração do serviço de táxi. Após discussões, o MPE pediu um prazo para fazer vista do processo.

Segundo Gerson Ferreira, diretor vice-presidente do Sindicato dos Taxistas de Sergipe (Sintaxe), por enquanto, a categoria não irá se manifestar e aguardará um

novo posicionamento do MPE. “Apesar de ainda não estar decidido, a categoria ficou satisfeita com o resultado da audiência porque o MPE ficou de rever o processo. Então, por enquanto, a categoria não vai se manifestar e ficará no aguardo de um posicionamento do órgão”, disse.

Ainda de acordo com ele, a categoria é contra a realização de uma licitação para a exploração do ser-

viço, mas caso isso seja aprovado, que se faça um processo daqui para frente e permaneçam os taxistas que já estão em atividade. “Na capital, existem 2.080 táxis permissionários e 2.500 motoristas auxiliares, mais conhecidos como defensores, que estão liberados para atuarem devido a uma permissão que lhes foi dada. Imagine como vai ficar a situação desses profissionais, caso seja feita

a licitação? Serão pais de família desempregados. Por isso, somos contra a licitação, mas se ela tiver que ser feita que seja daqui para frente, mas os taxistas que já trabalham continuem com suas atividades”, explica.

• SMTT

De acordo com a secretária Municipal de Defesa Social e Cidadania Georlize Teles, com a

arguição feita sobre o fato novo surgido que a presidente iria sancionar uma lei, e o Ministério Público pediu vistas ao processo, com isso a audiência foi suspensa, então só irá se pronunciar depois. “Mas desde o primeiro momento que a SMTT defende o posicionamento em que os taxistas (permissionários) que têm hoje a autorização, é a válida”, colocou Georlize Teles.